

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.354.909 - TO
(2018/0223584-5)**

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : JEFFERSON RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. VALORAÇÃO NEGATIVA DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME PELA AUSÊNCIA DE RESTITUIÇÃO DOS BENS. FUNDAMENTO INIDÔNEO. AFASTAMENTO. REDIMENSIONAMENTO DAS PENAS. NECESSÁRIO. PRECEDENTES. AGRADO CONHECIDO PARA CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça está fixada no sentido de que o fato de não ter sido restituído o objeto do roubo, por si só, não é fundamento idôneo para a majoração da pena-base pela negatização das consequências do crime.

2. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 21 de março de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora